



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS  
TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO

**Processo nº** 10980.008569/2004-12  
**Recurso nº** 139.863 Voluntário  
**Acórdão nº** 3801-00.019 – 1ª Turma Especial  
**Sessão de** 16 de março de 2009  
**Matéria** IMPOSTO TERRITORIAL RURAL  
**Recorrente** ECEPLAN - ENGENHARIA CIVIL LTDA  
**Recorrida** DRJ-CAMPO GRANDE/MS

**ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - ITR**

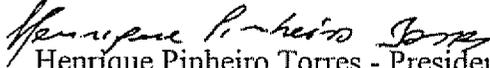
Exercício: 1999

ÁREA DE UTILIZAÇÃO LIMITADA (RESERVA LEGAL) E VALOR DA TERRA NUA (VTN). MATÉRIA NÃO IMPUGNADA. PRECLUSÃO. Em sua impugnação, o contribuinte não contestou a glosa de ofício da área de Utilização Limitada (Reserva Legal). Matéria não contestada na impugnação considera-se definitivamente consolidada na esfera administrativa, em homenagem aos princípios da preclusão e do duplo grau de jurisdição, que norteiam o processo administrativo fiscal.

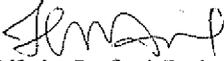
Recurso Voluntário Não Conhecido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por maioria de votos, em negar provimento ao recurso. Vencido o conselheiro Alex Oliveira Rodrigues de Lima (Relator). Designado para redigir o voto vencedor o conselheiro Hécio Lafetá Reis.

  
Henrique Pinheiro Torres - Presidente

  
Alex Oliveira Rodrigues de Lima - Relator

  
Hécio Lafetá Reis - Redator-Designado

EDITADO EM: 21/09/2009

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Henrique Pinheiro Torres, Alex Oliveira Rodrigues de Lima e Hécio Lafetá Reis.

## Relatório

Adoto o relatório da autoridade julgadora de primeiro grau, eis que claro e completo.

Trata-se de ITR 1999. O contribuinte fora intimado em 19/02/2004 para apresentar documentos. Em fls.40 junta averbação em 24/05/1985 de 183,92ha.

É o Relatório. Decido.

## Voto Vencido

Conselheiro Alex Oliveira Rodrigues De Lima, Relator

Conheço o presente recurso, pois tempestivo e possuidor dos requisitos de admissibilidade.

Vistos, etc.

A exigência de ato declaratório ambiental para excluir as áreas de preservação permanente e de reserva legal da tributação pelo ITR, é obrigação acessória prevista na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal 67/97.

**O imposto sobre a propriedade territorial rural (ITR), consoante art.153, VI, da Constituição Federal, tem como fato gerador o domínio ou posse do imóvel fora do perímetro urbano, com alíquota variada pelo grau de utilização, pois a base de cálculo é o valor da terra sem benfeitorias ou beneficiamentos.**

**As áreas não-tributáveis do imóvel rural são as de:**

*I - preservação permanente*

*II - reserva legal;*

*III - Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN);*

*IV - servidão florestal;*

*V - interesse ecológico, assim declaradas mediante ato do órgão competente, federal ou estadual, que sejam:*

*a) destinadas à proteção dos ecossistemas e que ampliem as restrições de uso previstas para as áreas de preservação permanente e de reserva legal; e*

*b) comprovadamente imprestáveis para a atividade rural.*

O Imposto Territorial Rural - ITR é tributo sujeito a lançamento por homologação que, permite da exclusão da sua base de cálculo a área de preservação permanente, conforme informado no Ato Declaratório Ambiental do IBAMA.

**Reza o Código Florestal (Lei 4.771/65):**



*Art. 3º. Consideram-se, ainda, de preservação permanentes, quando assim declaradas por ato do Poder Público, as florestas e demais formas de vegetação natural destinadas:*

*(...)*

*Art. 16. As florestas e outras formas de vegetação nativa, ressalvadas as situadas em área de preservação permanente, assim como aquelas não sujeitas ao regime de utilização limitada ou objeto de legislação específica, são suscetíveis de supressão, desde que sejam mantidas, a título de reserva legal, no mínimo:*

*(...)*

*III - vinte por cento, na propriedade rural situada em área de floresta ou outras formas de vegetação nativa localizada nas demais regiões do País; e*

*IV - vinte por cento, na propriedade rural em área de campos gerais localizada em qualquer região do País.*

*§ 1º O percentual de reserva legal na propriedade situada em área de floresta e cerrado será definido considerando separadamente os índices contidos nos incisos I e II deste artigo.*

*§ 2º A vegetação da reserva legal não pode ser suprimida, podendo apenas ser utilizada sob regime de manejo florestal sustentável, de acordo com princípios e critérios técnicos e científicos estabelecidos no regulamento, ressalvadas as hipóteses previstas no § 3º deste artigo, sem prejuízo das demais legislações específicas.*

*§ 3º Para cumprimento da manutenção ou compensação da área de reserva legal em pequena propriedade ou posse rural familiar, podem ser computados os plantios de árvores frutíferas ornamentais ou industriais, compostos por espécies exóticas, cultivadas em sistema intercalar ou em consórcio com espécies nativas.*

*§ 4º A localização da reserva legal deve ser aprovada pelo órgão ambiental estadual competente ou, mediante convênio, pelo órgão ambiental municipal ou outra instituição devidamente habilitada, devendo ser considerados, no processo de aprovação, a função social da propriedade, e os seguintes critérios e instrumentos, quando houver:*

*I - o plano de bacia hidrográfica,*

*II - o plano diretor municipal;*

*III - o zoneamento ecológico-econômico;*

*IV - outras categorias de zoneamento ambiental; e*

*V - a proximidade com outra Reserva Legal, Área de Preservação Permanente, unidade de conservação ou outra área legalmente protegida.*

(...)

**§ 8º** *A área de reserva legal deve ser averbada à margem da inscrição de matrícula do imóvel, no registro de imóveis competente, sendo vedada a alteração de sua destinação, nos casos de transmissão, a qualquer título, de desmembramento ou de retificação da área, com as exceções previstas neste Código.*

**§ 9º** *A averbação da reserva legal da pequena propriedade ou posse rural familiar é gratuita, devendo o Poder Público prestar apoio técnico e jurídico, quando necessário*

**A Lei 6.938/81, dispõe sobre a política nacional do meio ambiente:**

*Art. 17-O. Os proprietários rurais que se beneficiarem com redução do valor do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR, com base em Ato Declaratório Ambiental - ADA, deverão recolher ao Ibama a importância prevista no item 3.11 do Anexo VII da Lei nº 9.960, de 29 de janeiro de 2000, a título de Taxa de Vistoria.*

**Ressalto também o art. 10 da Lei 9.393/96:**

*Art. 10. A apuração e o pagamento do ITR serão efetuados pelo contribuinte, independentemente de prévio procedimento da administração tributária, nos prazos e condições estabelecidas pela Secretaria da Receita Federal, sujeitando-se a homologação posterior.*

**§ 1º** *Para os efeitos de apuração do ITR considerar-se-á:*

*I - VTN, o valor do imóvel, excluídos os valores relativos a:*

- a) construções, instalações e benfeitorias;*
- b) culturas permanentes e temporárias;*
- c) pastagens cultivadas e melhoradas;*
- d) florestas plantadas;*

*II - área tributável, a área total do imóvel, menos as áreas:*

*a) de preservação permanente e de reserva legal, previstas na Lei 4.771,*

*de 15 de setembro de 1965, com a redação dada pela Lei 7.803, de 18 de julho de 1989,*

*b) de interesse ecológico para a proteção dos ecossistemas, assim declaradas mediante ato do órgão competente, federal ou estadual, e que ampliem as restrições de uso previstas na alínea anterior;*

*c) comprovadamente imprestáveis para qualquer exploração agrícola, pecuária, granjeira, aquícola ou florestal, declaradas*



*de interesse ecológico mediante ato do órgão competente, federal ou estadual;*

(...)

**A Instrução Normativa SRF 67/97 prevê, no § 4º do art. 10, o reconhecimento das áreas de preservação permanente e as de utilização limitada, mediante ato declaratório do IBAMA ou órgão delegado, ex vi:**

(...)

*§ 4º As áreas de preservação permanente e as de utilização limitada serão reconhecidas mediante ato declaratório do IBAMA, ou órgão delegado através de convênio, para fins de apuração do ITR, observado o seguinte:*

*I - as áreas de reserva legal, para fins de obtenção do ato declaratório do IBAMA, deverão estar averbadas à margem da inscrição da matrícula do imóvel no registro de imóveis competente, conforme preceitua a lei n. 4.771, de 1965;*

*II - o contribuinte terá o prazo de seis meses, contado da data da entrega da declaração do ITR, para protocolar requerimento do ato declaratório junto ao IBAMA;*

*III - se o contribuinte não requerer, ou se o requerimento não for reconhecido pelo IBAMA, a Secretaria da Receita Federal fará lançamento suplementar recalculando o ITR devido.*

*Ex legis.*

Não identificadas questões preliminares no recurso do contribuinte passo à análise do mérito.

O Demonstrativo de Apuração do ITR em fls.23 apresenta a área de utilização limitada de 183,9ha não apurada.

Em fls.40 a recorrente junta averbação em 24/05/1985 de 183,92ha.

Em fls.67, junta Anotação de Responsabilidade Técnica do CREA/PR apresenta a área total de 556,6ha, incluindo mapa topográfico, indicando área de utilização limitada de 183,90ha.

Em fls.70 a DRJ nega seguimento por falta de arrolamento de bens, retratando-se em fls.75.

**Em face do elencado em epígrafe, e de tudo o mais constante nos autos, conheço e dou provimento ao recurso voluntário.**

É o meu voto.



Alex Oliveira Rodrigues de Lima



## Voto Vencedor

Conselheiro Hécio Lafeté Reis, Redator-Designado

A matéria objeto do lançamento realizado de ofício pela DRF Curitiba/PR – glosa da área de Utilização Limitada e arbitramento do Valor da Terra Nua – não foi objeto de contestação por parte do contribuinte em sua impugnação apreciada pela DRJ Campo Grande/MS.

### I. Matéria não-impugnada - Preclusão

Em sua impugnação, encaminhada à DRJ Campo Grande/MS, o contribuinte não contestou a glosa da área de Utilização Limitada (Reserva Legal) e nem o arbitramento do Valor da Terra Nua (VTN) efetuados pela Fiscalização em seu procedimento de revisão da declaração do ITR de 1999.

É defeso ao contribuinte inovar em fase recursal, pois o duplo grau de jurisdição assegura a devolução à autoridade *ad quem* apenas da matéria impugnada.

Como a totalidade do crédito tributário apurado se baseou na glosa da área de Utilização Limitada (Reserva Legal) e no arbitramento do VTN, encontra-se incontroversa a matéria que deu suporte ao presente lançamento de ofício.

Matéria não contestada na impugnação considera-se definitivamente consolidada na esfera administrativa, em homenagem aos princípios da preclusão e do duplo grau de jurisdição, que norteiam o processo administrativo fiscal.

### II. Conclusão

Diante do exposto, voto por **NÃO CONHECER DO PRESENTE RECURSO VOLUNTÁRIO** por considerar preclusa a matéria suscitada.

É como voto

  
Hécio Lafeté Reis

4